

A MULHER NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: um campo de pesquisa a ser explorado

Marlise Sozio Vitcel¹
Márcia Helena Sauáia Guimarães Rostas²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, que se dedicou a analisar a participação das mulheres na educação profissional, com ênfase nas barreiras enfrentadas por elas ao conciliar as demandas da reprodução social e as exigências do mercado de trabalho. O estudo concentrou-se na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), um espaço predominantemente masculino que amplifica obstáculos frequentemente associados ao ‘teto de vidro’ e às ‘paredes de fogo’ no contexto acadêmico. A literatura especializada e as pesquisas analisadas evidenciam que, sob o patriarcado, as mulheres são frequentemente relegadas a tarefas específicas vinculadas ao cuidado e à reprodução social. Dessa forma, a inserção feminina no âmbito acadêmico e profissional ocorre sob condições marcadas por violência e sacrifício. Esta pesquisa, a partir dos descritores ‘mulheres, trabalho doméstico, gestão e educação profissional’, analisou nove teses e dissertações, estabelecendo um diálogo entre as pesquisas examinadas e a literatura especializada sobre o patriarcado e a presença das mulheres na educação. Nesse contexto, foram identificadas quatro categorias que emergiram dos estudos: o espaço público como ambiente masculino; o determinismo biológico do papel social da mulher; a maternidade como barreira para as carreiras acadêmicas; e, por fim, a contextualização da EPT nesse cenário.

Palavras-chave: Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica. Patriarcado. Reprodução social. Barreiras à carreira acadêmica feminina.

WOMEN IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A Research Field to be Explored

Abstract: This article aims to present a state-of-the-art research study that analyzes women’s participation in professional education, with a focus on the barriers they face when reconciling the demands of social reproduction and the labor market. The study centers on Professional and Technological Education (PTE), a predominantly male-dominated space that exacerbates obstacles often associated with the ‘glass ceiling’ and ‘invisible barriers’ in the academic context. The specialized literature and the research analyzed demonstrate that, under patriarchy, women are often relegated to specific roles linked to care and social reproduction. As a result, female inclusion in the academic and professional spheres occurs under conditions marked by violence and sacrifice. This research, based on the descriptors ‘women, domestic work, management, and professional education,’ examined nine theses and dissertations, establishing a dialogue between the analyzed studies and the specialized literature on patriarchy and women’s presence in education. In this context, four categories emerged from the studies: the public space as a male-dominated environment; the biological determinism of women’s social roles; motherhood as a barrier to academic careers; and, finally, the contextualization of PTE within this scenario.

Keywords: Women in Professional and Technological Education. Patriarchy. Social reproduction. Barriers to women’s academic careers.

¹Mestra em Economia do Desenvolvimento (PUCRS). Doutoranda em Educação (IFSUL). Participante do Grupo de Pesquisa Discurso Pedagógico (IFSUL). E-mail: marlisevitcel@gmail.com.

²Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP-Araraquara). Professora adjunta do Departamento de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Líder do Grupo de Pesquisa Discurso Pedagógico (IFSUL). E-mail: marciarostas@ifsul.edu.br.

LA MUJER EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: un campo de investigación por explorar

Resumen Este artículo tiene como objetivo presentar una investigación del tipo “estado del conocimiento”, que se dedicó a analizar la participación de las mujeres en la educación profesional, con énfasis en las barreras que enfrentan al conciliar las demandas de la reproducción social y las demandas del mercado laboral. El estudio se centra en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), un espacio predominantemente masculino que amplifica los obstáculos a menudo asociados con el 'techo de cristal' y los 'muros de fuego' en el contexto académico. La literatura especializada y las investigaciones analizadas muestran que, bajo el patriarcado, las mujeres suelen quedar relegadas a tareas específicas vinculadas al cuidado y la reproducción social. De esta manera, la inserción femenina en el ámbito académico y profesional se da en condiciones marcadas por la violencia y el sacrificio. Esta investigación, basada en los descriptores 'mujeres, trabajo doméstico, gestión y formación profesional', analizó nueve tesis y disertaciones, estableciendo un diálogo entre las investigaciones examinadas y la literatura especializada sobre el patriarcado y la presencia de las mujeres en la educación. En este contexto, se identificaron cuatro categorías que surgieron de los estudios: el espacio público como ambiente masculino; el determinismo biológico del papel social de la mujer; la maternidad como barrera para las carreras académicas; y, finalmente, la contextualización de la EPT en este escenario.

Palavras-clave: Mujeres en la Educación Profesional y Tecnológica. Patriarcado. Reproducción social. Barreras a las carreras académicas femeninas.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma pesquisa do tipo estado do conhecimento (Marília Morosini; Cleoni Fernandes, 2014) que se debruçou sobre a ótica da participação das mulheres na educação profissional, com ênfase nas barreiras que elas enfrentam ao conciliar as demandas da reprodução social e as demandas laborais. Salientamos que a pesquisa, apesar de não se ater, tinha por foco um olhar acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), espaço deveras masculino e que amplifica situações descritas pelas pesquisadoras estudadas, no que concerne às barreiras comumente denominadas de teto de vidro e de paredes de fogo na academia.

Às mulheres, sob o patriarcado, cabem tarefas específicas vinculadas ao cuidado e à reprodução social. Assim, sua aceitação em espaços públicos – tanto no que se refere ao ambiente profissional quanto ao acadêmico – se correlaciona com o vínculo que essas atividades evidenciam como a reprodução social. Atividades vinculadas à educação básica, saúde (exceto medicina), limpeza e cuidados apresentam menores barreiras na inserção das mulheres, já que tipificam os papéis de gênero esperado. Em campos historicamente mais

masculinos, como a educação técnica e superior, assim como em áreas das ciências duras³, conformam barreiras mais pesadas e violentas para as mulheres. A inserção feminina acadêmica e/ou profissional nestas áreas ocorre, portanto, sob aspectos de muita violência e sacrifício. Ao longo da pesquisa, verifica-se que os ambientes dentro da EPT reproduzem de forma contumaz o que ocorre nas áreas duras das universidades. Ambientes, como descreve Lucimeiry Silva (2017), de clima hostil/frio no ambiente da academia.

Esta pesquisa, do tipo estado do conhecimento, se focou em analisar teses e dissertações que abordam mulheres, trabalho doméstico, gestão e educação profissional. Com esses descritores, selecionamos nove trabalhos para análise e, ao longo do artigo, vamos fazendo o diálogo com as pesquisas analisadas.

Iniciamos esse artigo com uma discussão na literatura especializada acerca do patriarcado e das mulheres na educação. Na sequência, descrevemos o processo metodológico adotado na realização dessa pesquisa. Em seguida, abordamos os resultados que encontramos nas análises dos estudos (teses e dissertações) em apreciação. Nesse aspecto, elencamos quatro categorias que se evidenciaram, emergiram, das pesquisas estudadas: 1) espaço público como ambiente masculino; 2) determinismo biológico do papel social da mulher; 3) maternidade como barreira para as carreiras acadêmicas; e 4) Educação Profissional e Tecnológica nesse contexto. Por fim, apresentamos as lacunas que esse estado do conhecimento elucidou, as conclusões e as referências utilizadas.

Patriarcado e as mulheres na educação

Pensadoras feministas reconhecem no sistema capitalista diferentes processos coerentes de opressão para a funcionalidade do capital: patriarcal, neoliberal, capacitista, especista e racista (Mirla Cisne, 2015; Marcia Tiburi, 2018; Françoise Vergès, 2020; Cinzia Arruzza; Tithi Bhattacharya; Nancy Fraser, 2019; Heleieth Saffioti, 1987; Saffioti 2015). Todas essas opressões atingem, de diversas formas, as mulheres e têm no patriarcado o organizador da exploração, da dominação, da apropriação, da subjugação e do controle sobre os corpos femininos.

Saffioti (2015) defende que o patriarcado é uma ideologia, mas que avança para além

³ O termo ‘ciências duras’ é bastante encontrado nas pesquisas analisadas, se refere às áreas do conhecimento que se baseiam em métodos quantitativos, experimentação controlada e objetividade, conhecidas também como ciências exatas, como física, matemáticas e engenharias.

disso, se tornando um sistema de opressão, cujo funcionamento se assemelha a uma máquina de triturar pessoas. Para a autora

[...] este conceito reformulado de patriarcado exprime, de uma só vez, o que é expresso [...] além de trazer estampada de forma muito clara a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente (Saffioti, 2015, p. 107).

Essa ‘máquina azeitada’ de opressões encontra no capitalismo a convergência para exploração das mulheres. De forma que, em corpos femininos, para além da exploração laboral capitalista neoliberal, a dominação sexual é a mais perceptível e a mais funcional ao sistema patriarcal. A subjugação da sexualidade feminina faz parte do processo de dominação masculina. O patriarcado se alimenta e se retroalimenta da subcondição da mulher no que diz respeito à sua posição no mundo, em especial à objetificação sexual dos corpos femininos, utilizando, por vezes, as próprias mulheres para seguir na reprodução do sistema. Nesse sentido, Saffioti (2015) ainda nos afirma que o patriarcado

[...] funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres [...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (Saffioti, 2015, p. 108).

Nesse cenário, é coerente que se estabeleça a dominação dos corpos das mulheres para que se preserve o controle social sobre elas. De maneira que não se altera o padrão social estabelecido de dominação masculina, útil em diversos regimes, tanto autoritários como democráticos. Nawal Saadawi (2002), ao relatar a vida das mulheres no mundo árabe, afirma que essa subjugação dos corpos femininos se dá para a consumação do controle do poder sexual feminino que, de outra forma, não se deixariam enredar em sociedades patriarcais, monogâmicas e segregacionistas.

Na concepção de Saffioti (2015), para esse regime

[...] as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo,

envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão (Saffioti, 2015, p. 112).

Com isso se minoriza as mulheres, do ponto de vista político e jurídico, utilizando a biologia para regular os corpos, naturalizando e controlando a sua maternidade e a sua sexualidade (Kathlen Oliveira, 2016).

Martha Nussbaum (2012) afirma que nenhum país hoje trata a população feminina de forma igualitária em comparação a como trata os homens. Para a autora, essa desigualdade de tratamento relega as mulheres a uma cidadania de segunda categoria em todo o mundo. De acordo com as pesquisas de Nussbaum (2012), as mulheres são as que estão mais mal alimentadas, as que têm um nível de saúde inferior, as que são mais vulneráveis à violência física e ao abuso sexual.

Essa afirmação de Nussbaum (2012) evidencia ainda no tocante à educação, visto que, para a autora, as mulheres são as mais propensas ao analfabetismo. Essa perspectiva é corroborada por dados da Unesco (2017), que estima que dois terços dos 750 milhões de adultos analfabetos no mundo são mulheres. Nessa linha, em relação ao Brasil, embora tenha havido uma virada numérica, com mais matrículas de mulheres na educação profissional, técnica e no ensino superior, elas permanecem drasticamente sub-representadas nas áreas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), de acordo com a pesquisa de Maria Pessoa, Daniela Vaz e Diego Botassio (2021), estando concentradas em campos de estudo que se correlacionam com menores remunerações no mercado de trabalho. Consequentemente, as mulheres recebem salários menores e estão mais sujeitas a assédio sexual em seu ambiente de trabalho.

Apoia essa perspectiva a colocação de Bhattacharya (2019, p. 109), ao citar que “Mais de três quartos dos trabalhadores nas dez maiores categorias de empregos mal remunerados são mulheres”. Katrine Marçal (2022, p. 173) também corrobora essa linha de entendimento ao afirmar que “O acesso à educação e à tecnologia é pior entre as mulheres”. Para Marçal, o fato de ser mulher é um aspecto relevante para a pobreza, uma vez que 20% de todas as mulheres vivem abaixo da linha internacional de pobreza.

Obstáculos como esses impedem ainda uma participação efetiva das mulheres na política. No Brasil, a sub-representação política segue como um desafio crítico, com mulheres ocupando apenas 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados (TSE, 2022). Dessa forma,

evidencia-se que, embora o cenário educacional tenha evoluído em termos numéricos, os obstáculos estruturais no mundo do trabalho e na política, tal como previsto por Nussbaum (2012), ainda impedem uma participação efetiva e paritária das mulheres.

Caminho metodológico

Paulin Romanowski e Teodora Ens (2006) significam os estudos de estado da arte como possibilidades de contribuições à área do conhecimento, a partir do campo teórico. Para as autoras, esse tipo de pesquisa auxilia na identificação de aportes significativos para a área estudada, pode construir práticas e teorias pedagógicas, além de apresentar lacunas de pesquisa, alternativas de soluções etc. Na mesma seara, especificam esse tipo de pesquisa, dizendo que “[...] o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’” (p. 40).

Com esse entendimento, sinalizamos que a pesquisa, aqui retratada, se trata de um estado do conhecimento, realizado como estratégia de aproximação e, ao mesmo tempo, de aprofundamento com a temática em questão. Isso com a intenção de construção de uma tese de doutorado acerca das mulheres na liderança da EPT e as imbricações que elas enfrentam ao conciliar as funções profissionais com as demandas dos trabalhos doméstico e de cuidado, bem como com o machismo em seus ambientes laborais. Romanowski e Ens (2006) caracterizam, ainda, esse tipo de levantamento bibliográfico como um tipo de estudo descritivo e analítico.

Nessa perspectiva, por se tratar da construção de uma tese de doutoramento, optou-se por buscar apenas em plataformas de teses e dissertações, não se trabalhando com artigos sobre a temática. Tal escolha se deu por entender que a construção de uma tese ou dissertação enseja tempo de maturação na pesquisa, de forma que os resultados encontrados tendem a ter maior lapso de tempo em suas análises, coletas de informações, além de ter passado por um processo metodológico com rigores científicos similares para sua publicação.

Para a construção inicial do estado do conhecimento sobre a temática, utilizamos como fonte de pesquisa a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD - IBICT). O lapso temporal foi de 15 anos (esta pesquisa se deu no ano de 2022), de forma que se analisaram pesquisas de 2006 a 2021.

O recorte teórico-metodológico deste estudo se ancora nos marcos do materialismo

histórico-dialético. Esta escolha epistemológica define não apenas o *corpus* de análise, mas também o próprio objeto de investigação, que se volta para as bases materiais e relações sociais que constituem a realidade educacional (José Paulo Netto, 2011). Por essa lógica, optou-se por excluir pesquisas que se alinham explicitamente a paradigmas pós-modernos e pós-estruturalistas. Esta decisão não implica um desconhecimento ou desmerecimento dessas contribuições, mas reconhece que partem de pressupostos epistemológicos distintos da perspectiva aqui adotada.

Contribui ainda, com essa definição de corte, o volume expressivo de produção acadêmica na área, de forma que foi necessário estabelecer critérios de focalização temática. Foram, portanto, excluídos também estudos centrados em áreas como saúde, pecuária, agricultura, sistema carcerário, indústria e migrações, cujo foco desviava-se do escopo central desta investigação, que é a educação formal básica em contextos não específicos (como o universitário isolado ou a educação infantil).

A definição dos descritores partiu do pressuposto teórico, consolidado na literatura feminista (Helena Hirata, 2022; Silvia Federici, 2019; Fraser, 2022), de que a divisão sexual do trabalho e a responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e de cuidado não remunerado constituem uma barreira estrutural à plena participação das mulheres no mercado de trabalho formal e em processos de educação. Essa sobrecarga de atividades limita o tempo, a energia e as oportunidades de capacitação, impactando diretamente suas trajetórias profissionais e seu acesso a cargos de gestão. Hirata (2022) tem o entendimento de que, no Brasil, o termo ‘trabalho doméstico’ abarca também as atividades de cuidado.

Em função dessa premissa, optou-se por utilizar dois grupos de descritores que, utilizados em conjunto, permitiriam captar pesquisas na interface entre essas duas dimensões. A primeira busca foi realizada estabelecendo como parâmetros as palavras-chave: ‘trabalho doméstico’, ‘educação profissional’ e ‘mulheres’, resultando em 86 (oitenta e seis) trabalhos entre teses e dissertações. Dessas 86 (oitenta e seis) pesquisas, 25 (vinte e cinco) foram descartadas imediatamente por não se adequarem ao tema da pesquisa. Das 61 (sessenta e uma) pesquisas restantes, foram lidos os títulos, os resumos e as palavras-chave, para chegarmos à seleção de 05 (cinco) dessas pesquisas para análise completa. Assim, desses descritores foram selecionadas 03 (três) dissertações e 02 (duas) teses para análise em profundidade.

O segundo conjunto de descritores pesquisados se deu a partir dos parâmetros das palavras-chave: mulheres; gestão; e educação profissional. Desta busca resultaram 140 (cento e quarenta) trabalhos. A primeira análise derivou num corte de 62 (sessenta e duas) pesquisas, que não se adequavam à temática aqui investigada. Das 78 (setenta e oito) pesquisas restantes, foram lidos os títulos, os resumos e as palavras-chave para chegarmos à seleção de 04 (quatro) dessas pesquisas para análise completa, sendo 01 (uma) tese e 03 (três) dissertações.

O quadro 1, a seguir, elenca o tipo de pesquisa selecionada e o ano de sua publicação. Dos 09 (nove) estudos selecionados, 08 (oito) se deram em universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais. A grande maioria dos estudos se concentrou nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Quadro 1: Resultado da busca, por ano e por tipo de produção na BDTD - IBICT

| Palavras-chave: Mulheres na gestão Educação profissional / Trabalho doméstico | Ano | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | Tipo | 2006 | 2008 | 2013 | 2016 | 2017 | 2018 | 2021 | Total |
| Teses | 01 | - | - | - | 02 | - | - | - | 03 |
| Dissertações | - | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 06 |
| Total Geral | 01 | 01 | 01 | 01 | 03 | 01 | 01 | 01 | 09 |

Fonte: elaboração das autoras

O Quadro 2, a seguir, apresenta a composição do corpus analítico deste estudo, composto por 09 (nove) pesquisas. Para cada uma delas, são discriminados: a natureza da publicação (tese ou dissertação), autoria, título completo da pesquisa, ano de defesa e a instituição de origem.

Quadro 2: Dissertações e teses selecionadas para compor esse estado do conhecimento

| Tipo | Autor | Título | Local | Ano |
|-------------|--|---|---------|------|
| Dissertação | MARTINS-SUAREZ, Fernanda C | Assimetria de gênero na academia: a carreira profissional e a vida doméstica de docentes e pesquisadores das Ciências Exatas | UFV | 2016 |
| Tese | Marcia Regina Cangiani Fabbro | Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade | Unicamp | 2006 |
| Tese | Silva, Lucimeiry Batista da | Carreiras de professoras das Ciências Exatas e Engenharia: estudo em uma IFES do Nordeste brasileiro | UFPB | 2017 |
| Dissertação | Marília Bárbara Fernandes Garcia Moschkovich | Teto de vidro ou paredes de fogo?: Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP | Unicamp | 2013 |
| Dissertação | Michelle Felipe Barthazar | Trajetórias de professoras do ensino fundamental: carreira e família | Unicamp | 2017 |
| Tese | Trindade, Fernanda de Magalhães | As significações do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Programa Mulheres Mil: educação profissional para mulheres pobres | Unijuí | 2017 |
| Dissertação | Otte, Janete | Trajetória de mulheres na gestão de instituições públicas profissionalizantes: um olhar sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica | UNB | 2008 |
| Dissertação | Porto, Eliane Quincozes | Trajetos formativos e significações imaginárias: as narrativas de professoras da EBT | UFSM | 2018 |

Fonte: elaboração das autoras

Discussões dos resultados: mulheres pesquisando mulheres

A primeira impressão ao realizar o estado do conhecimento, em especial ao trabalhar com mulheres e educação, é que a preocupação com essa temática (ou ao menos a publicação de teses e dissertações sobre o assunto) é predominantemente feminina. Das nove pesquisas analisadas, todas são de autoria de mulheres, cuja orientação dos trabalhos é, majoritariamente, realizada, também, por mulheres. Manuela D’Avila (2019), em seu livro ‘Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil’, nos traz evidência de que a preocupação das mulheres nos espaços de liderança é eminentemente feminina, posto a dificuldade dos homens de se perceberem em espaços de privilégios ou de refletir sobre abrir mão desses espaços em prol de maior democracia e inclusão.

Um dos resultados de Martins-Suarez (2016), uma das pesquisas analisadas nesse estado do conhecimento, acerca de um estudo sobre docentes da Unicamp, é que homens orientam

mais homens. A autora percebe, no entanto, que as mulheres têm uma equiparação maior entre orientandos dos dois sexos.

Outra evidência que é salientada em praticamente todas as pesquisas é a área da educação como fortemente atrelada ao cuidado (com exceção da educação técnica, que segue a mesma linha divisória de áreas de conhecimento), mas também áreas da saúde, como enfermagem, nutrição, fisioterapia, veterinária, psicologia, dentre outras, em que as mulheres têm maior aceitação e se encontram em maior número. Contudo, mesmo nessas áreas, quanto mais ao topo se sobe, menor é a participação feminina, dialogando com as expressões de barreiras às mulheres como ‘teto de vidro’, ‘clima frio’ e ‘paredes de fogo’.

Se reforça essa evidência, visto que a maior parte das pesquisas, aqui estudadas, aborda a carreira e a trajetória das mulheres que atuam nos espaços da educação. Sete das pesquisas descrevem, utilizando diferentes metodologias, o percurso acadêmico e profissional das mulheres investigadas. Dois destes trabalhos analisam políticas públicas relativas à temática.

Destacamos o uso de autoras e autores clássicos nas áreas de atuação, como Joan Scott ao discutir gênero; Beauvoir em relação ao feminismo e construção social dos sexos; Bourdieu quando trata do ‘clima frio acadêmico’ e da ‘dominação masculina’; além de Laurence Bardin como metodologia para a análise de conteúdo pesquisado, na maior parte das pesquisas.

Entendemos que há uma convergência dos estudos para três focos que apresentaremos, nas abordagens das teses e dissertações pesquisadas: o espaço público e a ciência e educação, em especial, como espaços masculinos; o determinismo biológico do lugar e do papel social da mulher; e a maternidade como possível barreira para as carreiras acadêmicas de mulheres docentes e/ou pesquisadoras. A seguir, vamos abordar esses três tópicos em evidência nos trabalhos analisados, tentando compor um diálogo entre as diferentes pesquisas sob a ótica das categorias definidas. Trazemos ainda um tópico sobre como a EPT aparece nas teses e dissertações em questão.

Espaço público: o ambiente acadêmico como espaço masculino

É pacífico, em todas as pesquisas aqui analisadas, que a inserção das mulheres no espaço científico e acadêmico se dá a partir de disputa, visto que foram naturalizados os lugares públicos (fora do ambiente doméstico) como lugar de atuação dos homens. As pesquisas

relatam, inclusive, muito sofrimento das mulheres ao se investirem de cargos e, assim, atuarem nesses espaços.

As pesquisadoras utilizam um referencial teórico de literatura especializada, citadas em diferentes trabalhos, corroborando com essa evidência, como o caso da Londa Schiebinger, com o livro ‘O feminismo mudou a ciência?’ (2001), além de diferentes trabalhos das pesquisadoras feministas Nancy Fraser, Heleieth Saffioti e Elisabeth Souza-Lobo. Um destaque é a presença, em todas as pesquisas, da obra de Helena Hirata (às vezes em parceria com Danièle Kergoat).

No que concerne à inserção feminina no ambiente acadêmico, a pesquisa de Fabbro (2006) aborda a questão do trabalho e da universidade no contexto atual, apresentando uma discussão sobre a reestruturação produtiva e globalização. Nessa vertente, a pesquisa aponta que o cenário de assédio moral, de desestruturação do trabalho, de mal remuneração e de flexibilização das horas de trabalho são aspectos recorrentes para o mercado de trabalho feminino, mesmo no âmbito universitário. A produtividade acadêmica cobra, mais fortemente, as mulheres, que, por vezes, precisam trabalhar e publicar mais para obter reconhecimentos similares aos homens. As métricas impostas à universidade e à ciência, frente ao neoliberalismo, não atendem às diversas particularidades das mulheres e/ou das pessoas desfavorecidas.

Na discussão sobre mulheres nos ambientes acadêmicos e na ciência, Silva (2017) enfatiza que o campo acadêmico não difere de outros espaços de inferiorização da mulher. A autora afirma que “[...] a responsabilidade das mulheres acadêmicas é dobrada, assim como sua carga de trabalho, entre o público e o privado, o que pode impactar no seu desenvolvimento e ascensão profissional (p. 31)”.

Silva (2017) entende que “[...] há um conjunto de barreiras sutis, pessoais e sociais, encontradas pelas mulheres, que apenas as leis não são capazes de resolver” (p. 54). Essas barreiras sutis se alicerçam na naturalização do espaço masculino da academia, em que não há lugar para mulheres e suas demandas. Essa visão androcêntrica se impõe como neutra, de forma que a ‘feminilidade’ é o tom destoante.

Espaços com hegemonia masculina, como é o caso das ciências duras, fazem com que a homossociabilidade masculina perpetue esse clima frio/hostil da academia com as mulheres. Quando mulheres ingressam nesses espaços, fica evidente o seu deslocamento, visto que a

sociabilização é masculina e excludente, gerando desconforto com os diferentes. Silva (2017) descreve o cenário da seguinte forma:

Os homens, mesmo que sejam seus pares profissionais, não as acolhem como iguais e fazem questão, muitas vezes, de perpetuar as diferenças, principalmente utilizando-se de linguagens impróprias, como palavrões e piadas sexistas e constrangedoras para afastá-las. Assim, por estar imersa na cultura acadêmica, é possível observar e sentir na nossa prática diária que esses ambientes reproduzem um clima hostil. Se os homens são cavalheiros mudam de linguagem e de assunto, ou ficam calados, silenciam quando elas entram, reproduzindo um clima frio. Ambos os tipos de homens, grosseiros ou cavalheiros contribuem para que as mulheres não sejam incluídas nas suas redes de contatos profissionais (p. 57).

Fabbro (2006) advoga que, ao passo que há o caráter imaginativo, intelectual do fazer docente, o capital e a sociedade cobram o trabalho doméstico, manual dessas mulheres. Então, para dar conta, ou se trabalha demais ou se explora outro trabalho, afirma então que

[...] o capital se apropria dessa exploração mantendo no espaço privado outra mulher (avó, empregada doméstica, babá, tia, comadre etc.), que assume o trabalho doméstico, este também explorado, desqualificado e desvalorizado, ou seja, o capital não “abre mão” de manter a mulher dentro de casa. A lógica do capital submete a mulher à extensão de sua jornada de trabalho – ao levar trabalho para casa, por exemplo – e estabelece uma fissura ainda maior entre o trabalho intelectual – representado pelo trabalho fora do lar –, e o trabalho manual – representado pelo trabalho doméstico (Fabbro, 2006 p. 03).

Assim, a pesquisadora aponta que o trabalho da mulher é permeado por contradição. A própria percepção dela como trabalhadora é mediada pela atitude que o outro manifesta com relação a ela, seja nos julgamentos externos da sociedade ou na culpa da ausência da prole. Essas contradições perfazem toda a ideologia da subordinação feminina, na qual se desvaloriza a mulher e tudo o que é inerente a ela (Fabbro, 2006).

Um cenário que exemplifica tal afirmação nos é trazido por Martins-Suarez (2016), que enfatiza que a interrupção da carreira das mulheres que a maternidade e o casamento realizam são ‘ajustes’ realizados apenas por elas, sem participação ou preocupação dos homens ou da universidade (ou da Capes). Nesse aspecto, o discurso de neutralidade das ciências, para Silva (2017), contribuiu para negar e perpetuar as desigualdades de gênero.

Para Martins-Suarez (2016), a mulher é inferiorizada no ambiente profissional, em especial no espaço acadêmico, e isso se evidencia na sobrecarga das tarefas domésticas como

função naturalizada para as mulheres. Com base nesse cenário, a autora discute o difícil casamento entre a vida doméstica e a carreira profissional das docentes.

[...] ela (a mulher), de alguma maneira, necessitaria de mais tempo para cuidar da família quando comparada ao homem e ainda tomar decisões ao que se refere ao próprio corpo [...] Percebe-se que a mulher que não prioriza a família ainda é vista com estranheza pela sociedade, ela pode até trabalhar, mas desde que ainda consiga manter tempo para cuidar e participar da vida de seus filhos e marido, diferentemente do homem, que não tem estas funções cobradas socialmente (Martins-Suarez, 2016, p. 02).

A autora dialoga sobre o ingresso da mulher no trabalho fora de casa e na ciência. Espaço esse deveras masculinizado e entendido como um espaço público, o que denota, historicamente, como um local naturalmente dos homens. Fazendo um diálogo com autoras feministas, como Londa Schiebinger, Betty Friedan, Nancy Fraser, Beauvoir, Joan Scott, dentre outras, Martins-Suarez (2016) vai construindo uma narrativa sobre a ciência como um campo de atuação também da mulher, ainda que com muitos desafios a serem enfrentados e com muitas mudanças a serem propostas para a plena inserção feminina no meio acadêmico.

Corrobora com isso o entendimento de Silva (2017), de que a divisão sexual do trabalho relega às mulheres papéis secundários na academia. Pontos esses com possível explicação pela problemática colocada para as mulheres quando estão no mercado laboral, visto que sobre elas recaem as obrigações do trabalho doméstico. A autora enfatiza que, nesses casos,

[...] as mulheres servem duplamente ao capital, uma vez que, além de serem exploradas na sua força de trabalho, contribuem com a parcela de trabalho doméstico não remunerado, que permite ao capital maior exploração dos trabalhadores homens, sem as ausências exigidas das mulheres para executar o trabalho reprodutivo (Silva, 2017, p. 32).

Além disso, a pesquisa de Silva (2017) aponta que essa exclusão feminina pode ser sentida com maior explicitação quando se analisa as gestões acadêmicas. As suas entrevistas denotam, em alguns aspectos, que “[...] os postos de comando são sempre reivindicados pelos homens e esse mando é aceito, inclusive pela maioria das mulheres” (p. 190). A autora percebe que, mesmo quando realizam um trabalho medíocre, ainda assim, eles têm maior credibilidade acadêmica por serem homens.

Lugar de mulher: o determinismo biológico do papel social feminino

A segunda categoria deste estado do conhecimento diz respeito ao determinismo biológico da mulher, que, por capacidade fisiológica de parir e amamentar, é a responsável pelos cuidados e trabalhos domésticos. A esse respeito, a obra que se avulta nas pesquisas é – Um amor conquistado: o mito do amor materno – da pesquisadora Elisabeth Badinter, publicada no ano de 1985, que descreve a construção social da maternidade e como ela molda os espaços de atuação das mulheres nas sociedades capitalistas ocidentais.

Ao realizar um diálogo entre as teses e as dissertações analisadas, deparamo-nos com Trindade (2017) que afirma que as ocupações masculinas são mais intensivas em capital (e tecnologia) enquanto as ocupações femininas são mais intensivas em trabalho manual. Assim como as atividades domésticas, da vida privada, são de responsabilidade da mulher, independentemente de ela ter ocupação remunerada. Com base nisso, a autora, ao analisar a política referente ao Programa Mulheres Mil, entende que, ainda que apresentada sob um viés emancipatório, reforça a ideia de naturalização desses processos de separação e hierarquização do trabalho entre os gêneros, visto que formam as mulheres para serem produtoras de renda, provedoras e mantenedoras do lar. A autora contextualiza a realidade das ocupações femininas no Brasil, com menor renda em todos os setores em que se inserem e com taxas maiores de desemprego, além de, em média, trabalharem mais horas que os homens, somando o trabalho remunerado e o não remunerado. Para a autora,

[...] incorporar as mulheres beneficiárias no mundo do trabalho público, ou, ainda, “empreendedor”, a fim de modificarem suas precárias condições de vida e contribuírem com o desenvolvimento econômico do país. Parece que agora, no lugar das mulheres que dependem do salário, devem estar as mulheres “empresárias” da força de trabalho, que providenciam sua própria formação, aperfeiçoamento e sustento [...] um meio de influenciar as participantes para que essas se reconheçam como produtoras de trabalho e de renda, e corresponde ao novo desenho das políticas para a autonomia econômica das mulheres. Parte-se da ideia de que, para mudar a sociedade, é preciso mudar o sujeito, conferindo à atividade da educação profissional uma importância central (Trindade, 2017, p. 95).

Esse empresariamento de si, a cultura do empreendedorismo, bem como a formação do capital humano, tornam essa política compensatória e focalizada, reforçando a naturalização da pobreza como atributo feminino e a divisão generificada do trabalho. (Trindade, 2017).

Na concepção de Barthazar (2017), a divisão social do trabalho se faz presente nas sociedades em geral, não só no Brasil. Para a autora, essa divisão separa o trabalho “de homens” e o “de mulheres” e denota valores maiores aos trabalhos entendidos como masculinos, legitimando, ideologicamente, a reprodução dos papéis sexuados.

Barthazar (2017) entende que o trabalho é central na vida das pessoas. Ela o descreve como o principal organizador da vida social. Afirma que homens e mulheres, contudo, têm lugares diferenciados na esfera familiar e profissional, o que interfere diretamente no trabalho de cada um. A divisão sexual do trabalho implica a divisão entre trabalho de homens e trabalho de mulheres. As relações sociais de sexo destinam às mulheres os trabalhos na esfera da família.

Fabbro (2006) aponta que, nas sociedades como a brasileira, as mulheres, mesmo envolvidas nas responsabilidades domésticas, têm aumentado sua inserção no mercado de trabalho. Uma explicação possível, pode ser, em boa parte, para compensar o desemprego masculino. Essa inserção, contudo, vem permeada por mais trabalho, pois, como afirma a pesquisadora

[...] como decorrência da dupla jornada feminina, o número médio de horas trabalhadas pelas mulheres é superior ao dos homens. O trabalho doméstico, mesmo em sociedades mais desenvolvidas, não tem diminuído substancialmente quanto ao volume, já que houve aumento de sua complexidade e das expectativas relacionadas à limpeza das casas, à lavagem das roupas, ao preparo dos alimentos e à educação dos filhos. Em nossa sociedade, a sobrecarga de trabalho é particularmente pesada [...] (Fabbro, 2006, p. 293).

Esse trabalho extra que à mulher é relegado impacta a forma como as profissionais se constituem no mercado de trabalho. Fabbro (2006) apresenta que os cursos universitários com mais de 70% de mulheres estão nas áreas de cuidar, de ensinar e de saúde. São cursos como enfermagem, educação, veterinária, odontologia e psicologia. Áreas supostamente adequadas à divisão sexual do trabalho e a papéis sociais considerados femininos.

A pesquisa de Martins-Suarez (2016), nessa mesma linha, defende que às mulheres foi relegado o ambiente doméstico, dentro de casa, do lar, com dedicação total à família e aos cuidados com a casa. Essa conformidade se dá desde o processo de educação das meninas e das mulheres, condicionando sua personalidade e moldando os comportamentos para se adequar ao que é esperado desse gênero.

A responsabilização das mulheres sobre os afazeres domésticos impacta sua dedicação no trabalho remunerado, provocando várias perdas: de horas de sono, de descanso e de lazer. Silva (2017) afirma que “[...] no Brasil, as mulheres mais bem remuneradas têm mais tempo dedicado à profissão, porque podem custear o pagamento de servidoras domésticas para substituí-las” (p. 43). Contudo, a pesquisadora sugere que, mesmo em lares em que a mulher tem renda superior, as divisões de tarefas domésticas não sofrem alteração, segue sendo responsabilidade feminina. Essa atribuição social ao lar enfatiza uma conotação biológica da mulher ao ambiente doméstico.

Para Trindade (2017), as mulheres ficam com maiores cargas de trabalho doméstico, ao passo que, no “mundo do trabalho público”, às mulheres são delegadas as tarefas de menor remuneração, menor prestígio social e das quais elas podem ser descartadas mais facilmente.

São muitas as barreiras que as mulheres enfrentam para ingressar no espaço público e produtivo – condições precárias, jornadas em tempo parcial, emprego temporário, falta de direitos trabalhistas – e que implicam em menores salários. Assim, com o advento do capitalismo, enfrentamos o paradoxo de que há mais oportunidades de trabalho para as mulheres, mas também há uma intensificação e exploração desse capital produtivo, exigindo polivalência e multiatividade por parte dessas mulheres (Trindade, 2017, p. 28).

Trindade (2017) entende que esse fato contribui para o alto índice de pobreza entre mulheres e, a partir de demandas dos movimentos reivindicatórios, desencadeia políticas públicas específicas para esse problema. A autora afirma que essa linha de enfrentamento da pobreza feminina (programas de criação de renda) amplia e naturaliza as diferenças generificadas do mundo do trabalho.

Duas das pesquisas analisadas (Porto, 2018; Otte, 2008) vinculam essa discussão ao cenário da educação, em especial à educação técnica e profissional. Porto (2018) afirma que a educação brasileira é permeada pela discriminação seletiva em relação às mulheres. Ainda com o advento do feminismo e empoderamento, os aspectos de subordinação das mulheres nos espaços públicos seguem sendo a realidade constatada. De acordo com a autora, “[a]o aparecerem, [as mulheres] causam desconforto, dessa forma, são designadas com estereótipos de mães, donas de casa ou até mesmo de guardiãs” (Porto, 2018, p. 60). As escolas, nesse contexto, servem como operadoras do processo de construção dos corpos; a feminilização da docência básica segue a lógica do espaço de cuidado da mulher e, assim, desvalorizada. A

educação técnica, entretanto, se configura como um espaço masculino, pois é vinculada ao ambiente produtivo.

Por sua vez, Otte (2008) destaca em sua pesquisa a evidência nas falas das suas entrevistadas de que o ambiente dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)⁴ é bem masculino. As diretoras dessas instituições, pesquisadas na dissertação de Otte, descrevem diversos tipos de discriminação e preconceitos em relação a suas participações nesses espaços. A autora, analisando sua percepção de pesquisadora frente aos dados produzidos, entende que algumas das entrevistadas nem percebem as discriminações que enfrentam, contando casos de violência como algo naturalizado em suas trajetórias.

Maternidade: a quebra da carreira?

As diversas pesquisas analisadas nos apresentam o advento da maternidade como um divisor de águas nas carreiras das mulheres na educação. Mesmo que os ambientes que foram objeto de estudo das teses e dissertações, aqui analisadas, tenham sido, em sua maioria, espaços públicos de educação, o tratamento e as políticas institucionais para as mulheres mães transformam o espaço laboral em um desafio para elas. Isso ocorre pela falta de apoio à maternagem, falta de um olhar institucional para as métricas produtivistas quando se trata de uma mãe pesquisadora, além do clima hostil/frio que se manifesta de forma mais acirrada no retorno das mulheres após licenças ao trabalho e quando necessitam faltar por motivo de saúde da criança.

A pesquisa de Martins-Suarez (2016) apresenta que a escolha por ter filhos é carregada apenas pelas mulheres, não sendo um peso nas carreiras masculinas. Segundo a autora,

[m]esmo que inseridas na docência de nível superior, são elas que se ajustam, de livre e espontânea vontade, para terem filhos. São elas que trabalham dobrado e se preparam para isso, como consequência, são elas que tem suas carreiras truncadas, cheias de interrupções a fim de conciliarem as duas esferas. O mais interessante é que apesar de conscientes deste fato, elas não parecem arrependidas ou revoltadas, além mesmo porque a culpa, já mencionada aqui, que as atingiriam caso não fizessem tal conciliação, seria “naturalmente” muito pesada (Martins-Suarez, 2016, p. 68).

⁴ A Lei nº 11.892/2008 transformou os CEFETs e outras instituições similares em Institutos Federais, ampliando sua abrangência e estrutura. Enquanto os CEFETs eram focados principalmente em educação tecnológica, os IFs expandiram essa missão, oferecendo uma variedade maior de cursos, incluindo licenciaturas e pós-graduações, além de fortalecer a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008).

Barthazar (2017) evidencia em seu estudo a discussão sobre a delegação do cuidado, que recai sempre para a mulher. E, ainda que ela não o execute em primeira mão, cabe a ela delegar a outra pessoa, reforçando que é sempre para uma mulher.

Na mesma lógica, Silva (2017) vai discorrer sobre como a cultura masculina que permeia a academia transforma os ambientes em espaços públicos de diversão e socialização masculina, excluindo as mulheres por meio de barreiras diretas ou sutis. A cultura instituída de penalizar os novatos, com disciplinas mais inconvenientes e dificuldades de acessar projetos de pesquisa, por exemplo, é tática que as professoras entrevistadas em sua pesquisa relatam em seus retornos das licenças maternidade. Apoiada em Schiebinger, a autora afirma haver uma segregação institucional das mulheres na ciência. É sutil, visto que não cria barreiras, mas não se fazem políticas de proteção às mulheres para o gozo da maternidade, por exemplo. Dessa forma, as carreiras femininas desaceleram ou até mesmo são interrompidas quando optam por ter filhos.

Na categoria da Divisão Sexual do Trabalho, Fabbro (2006) verifica que, mesmo quando há certa divisão do trabalho doméstico, ela não é realizada de forma igualitária, sentindo uma situação ‘naturalizada’ do trabalho doméstico e de dentro de casa como responsabilidade das mulheres.

Nessa

[a] ideia de que o envolvimento ativo na vida privada afeta a vida profissional é mais reproduzida dentro do âmbito de vida da mulher, pois culturalmente, é na trajetória de vida feminina que estes fatores estão interligados. São as mulheres que geralmente dividem seu tempo entre as esferas pública e privada e com isso, são elas que estão mais passíveis de sofrerem a ação desta conciliação (p. 60).

Barthazar (2017) advoga que “[...] a relevância de tornar visível a quantidade de trabalho realizada e não remunerada, as atividades feitas para os outros e sempre em nome do amor e do dever maternal” (p. 95). Para a autora, o trabalho de cuidado foi um dos principais impasses na carreira das docentes. Se evidenciou, em diversos momentos de sua pesquisa, que carreiras são interrompidas ou estagnadas em função da necessidade do cuidado com as crianças.

Corroborar com isso os resultados da dissertação de Fabbro (2006), que explicita que “[...] é a presença dos filhos o que interfere de forma mais marcante na participação feminina

no mercado de trabalho” (Fabbro, 2006, p. 90). Isso é patente, mesmo que a sociedade tenha avançado no entendimento da maternidade. A pesquisa da autora aponta ainda que a questão da maternidade, para todas as entrevistadas, representou um ponto de inflexão em suas histórias. A maternidade limitou a carreira profissional das mulheres entrevistadas. Cada uma, à sua maneira, sentiu o conflito patente entre trabalho e maternidade.

Em relação à possibilidade de uma mulher, nas carreiras da educação, assumir cargos de gestão e liderança, é enormemente dificultada pelas demandas da reprodução social, como corrobora a pesquisa de Otte (2008). A autora problematiza as questões domésticas que dificultam a participação das mulheres, condicionadas por horários de creches, cuidados de filhos etc.

Sobre a EPT e as mulheres

A EPT é também um foco de análise relevante para esta pesquisa, de forma que essa categoria analítica se faz relevante para olhar como a educação profissional está abordada em estudos concomitantes com mulheres/gênero. Algumas pesquisas tiveram o cuidado de priorizar autoras mulheres para compor suas referências. No que tange a pesquisas sobre mulheres na educação profissional, destacam-se as pesquisadoras Maria Ciavatta e Silvia Maria Manfredi.

Outros estudos que caracterizam a EPT e, nesse contexto, a caracterização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também se evidenciaram durante a construção desse estado do conhecimento. Nesse momento, trazemos à evidência autores importantes como Dermeval Saviani e Eliezer Moreira Pacheco na contextualização da EPT, que compõem a referência bibliográfica das pesquisas aqui analisadas.

Em sua pesquisa, Vasconcellos (2021) busca apresentar uma linha histórica da Educação Profissional no Brasil. A autora se dedica à análise da temática, entrelaçada com o contexto histórico-social do país, que reflete nas normas e regramentos legais de cada época. A pesquisadora se propõe a dar visibilidade e voz às mulheres, utilizando, preferencialmente, autoras brasileiras “[...] que possuem pesquisas consistentes e relevantes para a EPT no Brasil, como exemplo, Silvia Maria Manfredi, Maria Ciavatta e Jaqueline Moll, dentre outras” (p. 93).

Na concretude da EPT, a Rede de Institutos Federais assume um protagonismo

evidenciado na pesquisa de Porto (2018). Para a autora, os Institutos Federais se configuram como “[...] uma prática educativa que oportunize a inserção social, a produção de um conhecimento integrador, em especial por desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão” (p. 50).

Numa perspectiva mais crítica, Trindade (2017) vincula a temática da educação profissional com cursos mais rápidos ofertados pela Rede de Institutos Federais, a partir de programas como o Mulheres Mil, mas não se restringindo a eles. A autora faz uma crítica a respeito de como esses programas prometem uma profissionalização rápida, colocando nos sujeitos a responsabilidade por sua pobreza, pela questão social e, com discurso meritocrático, reforça ideais de gênero ao ofertar às mulheres cursos que tipificam papéis generificados na sociedade.

A educação profissional e os valores de igualdade no mundo do trabalho e de autonomia econômica são promessas presentes nos documentos desse Programa para uma ‘vida melhor’ das mulheres beneficiárias e de suas famílias; porém, trata-se de valores imaginários, e não reais, de uma educação profissional pobre para mulheres pobres (Trindade, 2017, p. 216).

Por fim, a pesquisa de Otte (2008) vincula a EPT com as discussões de ambiente hostil às mulheres, apresentadas anteriormente. Essas instituições [da EPT], na perspectiva da autora, se constituem historicamente, a partir de uma perspectiva masculina, impedindo, inicialmente e depois dificultando, a ascensão de mulheres a cargos de direção. Nesse sentido, mesmo havendo isonomia salarial entre os sexos nas escolas, uma vez que são cargos públicos, ainda assim a renda masculina é, em média, maior, visto que os cargos de direção são ocupados por eles.

Lacunas percebidas

Um dos descritores relevantes para a construção desse estado do conhecimento é a EPT, contudo, mesmo com os mais de 220 (duzentos e vinte) trabalhos encontrados, dos quais selecionamos as 09 (nove) pesquisas, aqui apresentadas, houve pouca relação em torno de mulheres, gestão e EPT. Apenas uma dissertação, de Otte (2008), dava conta de todos os elementos esperados. Alguns trabalhos faziam levantamentos históricos da EPT para a análise de uma política específica, como o de Trindade (2017) e o de Porto (2018), que avançam nessa

perspectiva, mas não aprofundam na liderança feminina na EPT. Ainda que este estado do conhecimento possa ter falhado ao não ter captado trabalhos nessa perspectiva, ousamos intuir que as pesquisas sobre mulheres na EPT ainda não se firmaram nas pós-graduações como área de relevância de estudo.

Levantamos ainda a possibilidade de isso ocorrer em virtude da própria construção histórica masculina da educação profissional deste país. Isso porque, como argumentamos no início dessa análise, são mulheres que estudam mulheres e gênero, e as barreiras para que elas pesquisem são grandes, como apontamos ao longo desse artigo.

Há na literatura especializada um entroncamento entre gênero com raça e classe, como evidenciam as autoras utilizadas para a discussão acima sobre patriarcado, corroborado pelas discussões dos feminismos negro e decolonial (Sueli Carneiro, 2019; Fraser, 2023; Lélia Gonzalez, 2019; Vergès, 2020). Contudo, nas pesquisas analisadas, mesmo sob a ótica marxista, nem todos os trabalhos abordam a discussão de classe. Apenas uma pesquisa cita a questão da raça ao ter como objeto uma professora negra, de forma que essa discussão não ganha mais que uma observação sobre esse aspecto em toda a dissertação.

Considerações finais

Iniciamos este artigo com o objetivo de levantar o estado do conhecimento em relação à participação das mulheres na educação profissional, destacando barreiras enfrentadas por elas em relação aos desafios cotidianos da reprodução social e da vida laboral de formas combinadas. Assim, observamos que, de forma mais significativa, as pesquisas sobre mulheres na EPT ainda não se firmaram nas pós-graduações como área de relevância de estudo. Nos parece evidente, ainda, que esta temática é majoritariamente tema de pesquisa de mulheres, ou seja, tem-se basicamente mulheres pesquisando mulheres.

Entre as barreiras às carreiras femininas na educação, surgem nas pesquisas analisadas o entendimento de que o ambiente acadêmico é um espaço masculino, em especial nos espaços de gestão. Nesse aspecto, percebe-se que os homens, mesmo quando realizam um trabalho medíocre, ainda assim têm maior credibilidade.

O papel social feminino, fundamentado em um determinismo biológico, é uma questão destacada nas pesquisas. Observa-se que a inserção acadêmica das mulheres ocorre

predominantemente em áreas associadas ao cuidar, ao ensinar e à saúde, frequentemente conciliadas com a responsabilidade pelo trabalho doméstico. Essa dupla jornada resulta em sobrecarga de trabalho e, ainda, em menores remunerações no mercado de trabalho. A esse cenário, soma-se o fomento de cursos de profissionalização mais rápidos que, mesmo sob um véu de emancipação e propostas de 'empreendedorismo de si', acabam por relegar às mulheres — desafiadas a buscar alternativas ao mercado formal de trabalho — a condição de 'empreendedoras'. Essa suposta autonomia as submete, na prática, a formas ainda mais precárias de exploração laboral, agravadas pelas demandas da reprodução social que continuam sob sua responsabilidade.

A maternidade é, por um lado, apontada como uma obrigação feminina — não apenas na concepção dos filhos, mas também nos cuidados subsequentes durante a infância e a adolescência — e, por outro, vista como um fator de ruptura na carreira acadêmica e profissional. Essa interrupção é agravada, entre outros aspectos, pela falta de apoio à maternagem, pela manutenção das mesmas métricas produtivistas aplicadas às mães pesquisadoras e por um clima hostil enfrentado pelas mulheres após o retorno de licenças-maternidade.

No que diz respeito à inserção das mulheres na EPT, destaca-se a crítica de que muitas das ofertas de formação profissional ainda reforçam os papéis tradicionais femininos no mundo do trabalho, além de priorizarem cursos rápidos e pouco aprofundados.

De modo geral, a profundidade das abordagens sobre a conciliação entre os desafios da vida profissional e a reprodução social oferece um embasamento sólido para a importância desse debate. No entanto, é necessário ampliar o espaço dedicado a essa temática no meio acadêmico, especialmente com um recorte voltado para a educação profissional e para a ocupação de espaços de liderança por mulheres.

Referências

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BARTHAZAR, Michelle Felipe. **Trajetórias de professoras do ensino fundamental: carreira e família**. 2017. 1 recurso online (99 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632875>. Acesso em: 5 ago. 2022.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais. Diário Oficial da União, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

D'ÁVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: o feminismo na perspectiva de uma jovem latino-americana**. Porto Alegre: Libretos, 2019.

FABBRO, Marcia Regina Cangiani. **Mulher e trabalho**: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 2006. 363p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições socioreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: Bhattacharya, Tithi. (org.) **Teoria da reprodução social**. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. O clima do capital: por um ecossocialismo transambiental. **Margem Esquerda** – revista da Boitempo, São Paulo, nº 38, p. 67-103, 1º semestre, 2022.

GONZALEZ, Léila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia**: Uma visão feminista do capitalismo. 2. Ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2022.

MARTINS-SUAREZ, Fernanda Chiozzini. **Assimetria de gênero na academia**: a carreira profissional e a vida doméstica de docentes e pesquisadores das Ciências Exatas. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

MOROSINI, Costa Marília; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do**

Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. **Teto de vidro ou paredes de fogo?:** Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP. 2013. 159 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1620070>. Acesso em: 5 ago. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Las mujeres y el desarrollo humano.** Barcelona: Herder, 2012.

OLIVEIRA, Kathlen Luana. Corpo como palco político: tramas e entraves nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil. In: MACHADO, Rita de Cassia.; CASTRO, Amanda Motta. (Orgs) **Estudos Feministas: mulheres e educação popular.** Curitiba: CRV, 2016.

OTTE, Janete. **Trajetória de mulheres na gestão de instituições públicas profissionalizantes:** um olhar sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PESSOA, Maria Fernanda; VAZ, Daniela Verzola; BOTASSIO, Diego Camargo. **Viés de gênero na escolha profissional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 51, p. e08400, 2021.

PORTO, Eliane Quincozes. **Trajetos formativos e significações imaginárias:** as narrativas de professoras da EBTT. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica). UFSM, 2018.

ROMANOWSKI, J. Paulin; ENS, R. Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SAADAWI, Nawal el. **A face oculta de Eva:** as mulheres do mundo Árabe. São Paulo: Global. 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Lucimeiry Batista da. **Carreiras de professoras das Ciências Exatas e Engenharia**: estudo em uma IFES do Nordeste brasileiro. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Estatísticas de candidaturas – Eleições 2022. Brasília, DF: TSE, 2022. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: out. 2025.

TRINDADE, Fernanda de Magalhães. **As significações do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Programa Mulheres Mil**: educação profissional para mulheres pobres / Fernanda de Magalhães Trindade. – Ijuí, 2017. 259 f.: il.; 30 cm. Tese (doutorado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí e Santa Rosa). Educação nas Ciências.

UNESCO. Instituto de Estatística (UIS). **Literacy rates continue to rise from one generation to the next**. Fact Sheet, n. 45, set. 2017. Disponível em:
https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs45-literacy-rates-continue-rise-generation-to-next-en-2017_0.pdf. Acesso em: 13 de set. de 2025.

VASCONCELLOS, Renata Nasinhaka Tex de. **Existência e Permanência**: um Estudo das Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica. Dissertação (Mestrado Educação Profissional e Tecnológica) UFSM, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

Submetido em: 20/03/2025

Aceito em: 30/10/2025

Citações e referências
conforme normas da:

